

NOTA DE IMPRENSA

Infarmed realizou Workshop internacional sobre “Contrafacção e Informação”

O INFARMED – Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P. realizou hoje, dia 6 de Março, no seu auditório (Parque da Saúde de Lisboa, Av. do Brasil, n.º 53), um workshop internacional sob o tema “Contrafacção e Informação”, que teve a participação de representantes de 11 países e cuja sessão de abertura, pelas 9h15, foi presidida pela ministra da Saúde, Ana Jorge.

Países representados: Reino Unido, Espanha, Irlanda, Croácia, República Checa, Angola, Cabo Verde, Brasil, Peru, Cuba e México.

O encontro abordou, no âmbito desta problemática, as “Iniciativas e propostas” de combate à contrafacção apontadas pela Comissão Europeia, Organização Mundial de Saúde e Conselho da Europa; “A experiência do Infarmed”, a cargo do presidente da instituição, Vasco Maria, e ainda “A perspectiva da indústria farmacêutica”, apresentada pela Apifarma e Pharmaceutical Security Institute – PSI (Instituto de Segurança Farmacêutica).

A Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), a Direcção-Geral da Política da Justiça (DGPJ), A Polícia Judiciária (PJ), a Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, a Direcção-Geral do Consumidor e o Instituto Nacional de Propriedade Industrial foram algumas das entidades representadas.

O secretário de Estado Adjunto e da Saúde, Francisco Ramos, presidiu, pelas 18h15, à sessão de encerramento.

Gabinete de imprensa do Infarmed, 6 de Março de 2009

CONTRAFACÇÃO DE MEDICAMENTOS

Problema Global – Solução Global

Os dados mais recentes, de 2006, mostram que nas fronteiras da União Europeia foram apreendidos mais de 2,7 milhões de unidades de medicamentos, o que traduz um aumento de 380% em relação ao ano anterior.

Do total de medicamentos no mercado dos países desenvolvidos, estima-se que 1% sejam falsos, enquanto em países africanos, asiáticos ou da América Latina esse valor pode atingir entre 10 e 30%.

O maior impacto da contrafacção verifica-se nas áreas terapêuticas da impotência sexual, emagrecimento, oncologia, cardiologia, neurologia, para além de outras.

Sendo um problema global, só é possível combater de maneira global, através de todos os agentes envolvidos: fabricantes, autoridades reguladoras, profissionais de saúde, polícias, alfândegas, magistrados, consumidores.

O combate a este problema só terá resultados significativos se abranger igualmente a regulamentação, a legislação, a investigação, a criminalização e sobretudo a informação junto do público sobre os perigos que os medicamentos contrafeitos acarretam.

Um ponto comum entre todos os agentes é o reconhecimento da internet como o principal meio de distribuição de medicamentos contrafeitos. Estima-se que mais de 50% dos medicamentos adquiridos na internet, fora dos circuitos legais, sejam contrafeitos.

A dificuldade em detectar a origem dos locais onde se alojam os meios informáticos e os domínios de internet que permitem esta venda ilegal é um dos principais problemas que globalmente precisa de uma rápida solução.

A contrafacção de medicamentos é um problema grave e é um negócio ilícito que coloca em perigo a vida dos consumidores. Estima-se que as receitas obtidas pela contrafacção de medicamentos seja substancialmente superior às receitas obtidas pelo narcotráfico.

Esta é uma realidade das sociedades modernas que é preciso enfrentar globalmente, independentemente das essenciais iniciativas de cada país no alerta dos consumidores.

Iniciativas do Infarmed

O Infarmed, ciente do impacto perigoso que o fenómeno da contrafacção poderá ter numa sociedade globalizada, tem vindo a desenvolver uma série de iniciativas junto dos consumidores. Em primeiro lugar, para encontrar alternativas seguras no que concerne a acessibilidade; em segundo, para os sensibilizar e alertar para este problema.

Para além dos aspectos legais e de inspecção corrente enquanto autoridade competente, e não ignorando as vantagens de acessibilidade que a internet oferece aos consumidores, foram criadas soluções para que tal acesso se pudesse realizar de forma segura.

Assim, no seguimento das circunstâncias consagradas no Decreto-lei n.º 307/2007 e Portaria n.º 1427/2007, o Infarmed desenvolveu um portal que permite o registo das farmácias e dos locais de venda de medicamentos não sujeitos a receita médica que pretendam dispensar medicamentos no domicílio e aceitar encomendas através da internet.

Com este novo portal passaram a estar criadas as condições para garantir de forma segura a acessibilidade do cidadão ao medicamento no domicílio e através da internet.

As farmácias ou locais de venda de medicamentos não sujeitos a receita médica, depois do processo de registo e verificação do cumprimento dos requisitos legalmente definidos, passaram a poder disponibilizar ao utente uma forma de efectuar os pedidos de medicamentos através de um sítio na Internet, correio electrónico, telefone ou fax, para a sua entrega ao domicílio.

Neste momento existem 207 farmácias autorizadas a dispensar medicamentos ao domicílio, das quais 17 têm sítio electrónico aprovado pelo Infarmed. No que diz respeito aos locais de venda de medicamentos não sujeitos a receita médica, estão 22 aprovados, dos quais 2 têm sítio electrónico aprovado pelo Infarmed.

No campo da informação ao público, o Infarmed desenvolveu uma campanha de sensibilização através da qual pretendeu consciencializar os cidadãos para os perigos decorrentes da compra de medicamentos pela internet fora dos sítios autorizados.

O conceito da campanha foi “Não confie na sorte, confie no Infarmed”. Decorreu entre Julho e Agosto de 2008, fundamentalmente entre os utilizadores da internet (ambiente Web), envolvendo os principais sítios informativos do Canal Sapo e motores de busca Sapo e Google, bem como a distribuição de folhetos e afixação de cartazes.

Através de *banners* foi possível aceder a um *microsite* alojado no sítio do Infarmed na internet (ainda disponível em www.infarmed.pt), com informações sobre os riscos da compra de medicamentos fora dos locais autorizados e a forma segura de adquirir medicamentos através da internet.

Foi a primeira vez que em Portugal se levou a cabo uma iniciativa deste género, com resultados que o Infarmed considera largamente positivos. A mensagem dos riscos da compra de medicamentos pela internet foi visualizada 5 521 781 de vezes.

Recentemente esta campanha recebeu o “Prémio Capacitação”, distinção do Alto Comissariado de Saúde para os melhores projectos da Exposição Saúde Multimédia, no âmbito do II Fórum Nacional de Saúde.

Ainda em 2008, o Infarmed apresentou, em conferência de imprensa, os resultados preliminares de uma investigação a amostras de medicamentos a partir de uma colheita de 49 embalagens postais provenientes da Índia e da China, feita nos circuitos alfandegários nas primeiras duas semanas de Junho.

A primeira fase de análise, levada a cabo através de uma inspeção visual comparativa, envolveu a avaliação da embalagem secundária (caixa), embalagem primária (blister/frasco) e forma farmacêutica. Conclusão: das 85 amostras colhidas, 93 por cento (79) foram identificadas como medicamentos contrafeitos.

De acordo com essa análise, 39 amostras continham citrato de sildenafil, 26 taladafil e 7, cloridrato de vardenafil. Em 7 amostras eram desconhecidas as substâncias activas e em 6, elementos não identificados.

A segunda fase envolveu a análise laboratorial das referidas amostras, tendo sido efectuada análise a 34, envolvendo três parâmetros: identificação e doseamento da substância activa, e determinação de impurezas.

Conclusão: identificação de substância activa diferente (em 3 casos), dosagem inferior (em 4), perfil de impurezas diferente ou acima do limite (em 15) e dosagem inferior/perfil de impurezas diferente ou acima do limite (7). De acordo com a análise laboratorial, das 34 amostras analisadas, apenas em cinco os parâmetros avaliados eram cumpridos.

Tendo em conta os resultados preliminares da investigação do Infarmed, concluía-se que os medicamentos contrafeitos podem ter a mesma substância activa e a mesma dosagem, a mesma substância activa em dosagens diferentes, não ter substância activa ou ter substâncias tóxicas.

Estes resultados eram também a confirmação da pertinência dos alertas desenvolvidos pelo Infarmed: a contrafacção pode atingir qualquer país e Portugal não estava imune. Comprovava-se que havia (há) cidadãos em Portugal a correr sérios riscos de saúde.

Já em Outubro de 2008, em Cancun no México, no âmbito do VII Encontro de Autoridades Competentes de Medicamentos dos Países Ibero-americanos (EAMI), subordinado ao tema "Desafios em Saúde – Globalização e Gestão do Risco", a contrafacção foi um dos temas em discussão, durante os dois dias e meio de reunião.

O Infarmed participou nesta reunião com o objectivo de dar a conhecer a sua experiência sobre este tema, tendo sido, em conjunto com o Chile, designado como coordenador do grupo de trabalho sobre contrafacção e inspecção de medicamentos deste organismo.

O Workshop "Contrafacção e Informação", que se realiza hoje, é outro contributo importante que o Infarmed dá para a análise e identificação de soluções para o problema da contrafacção.

Este encontro tem a participação de representantes de 11 países e a sessão de abertura é presidida pela ministra da Saúde, Ana Jorge.

Os países representados são: Reino Unido, Espanha, Irlanda, Croácia, República Checa, Angola, Cabo Verde, Brasil, Peru, Cuba e México.

A primeira parte da conferência aborda, no âmbito desta problemática, as "Iniciativas e propostas" de combate à contrafacção apontadas pela Comissão Europeia, Organização Mundial de Saúde e Conselho da Europa; "A experiência do Infarmed", a cargo do presidente da instituição, Vasco Maria.

Ainda na primeira parte, será analisada a “A perspectiva da indústria farmacêutica”, apresentada pela Apifarma e Pharmaceutical Security Institute – PSI (Instituto de Segurança Farmacêutica).

A Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), a Direcção-Geral da Política da Justiça (DGPJ), A Polícia Judiciária (PJ), a Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, a Direcção-Geral do Consumidor e o Instituto Nacional de Propriedade Industrial são algumas das entidades representadas.

O secretário de Estado Adjunto e da Saúde, Francisco Ramos, preside à sessão de encerramento.

Para mais informações, por favor consultar: www.infarmed.pt ou, para outros esclarecimentos dos Órgãos de Comunicação Social:

Carlos Pires

Assessoria de Imprensa

Telefone: 217 987 166

E-mail. carlos.pires@infarmed.pt